

Análise do Inquérito

Estatuto do Diretor e Modelo de Eleição do Diretor

1.880 inquiridos

1. Nota introdutória e metodologia

Este documento analisa os resultados de um inquérito dirigido a docentes e a titulares de cargos de direção de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sobre duas questões centrais: a criação de um Estatuto próprio para o Diretor e o modelo de eleição do Diretor. O inquérito, obteve 1880 respostas.

2. Perfil dos respondentes

Função
1.876 respostas

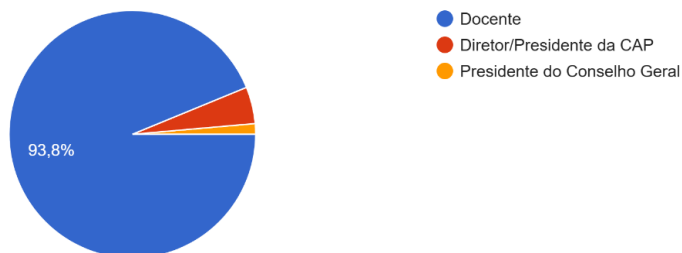


Gráfico 1 — Função dos respondentes (1.876 respostas)

A amostra é largamente composta por docentes sem cargo de gestão de topo: 93,8% dos respondentes identificaram-se como "Docente". Apenas uma pequena fração respondeu na qualidade de Diretor/Presidente da Comissão Administrativa Provisória (CAP) ou de Presidente do Conselho Geral (em conjunto, cerca de 6% da amostra).

Esta composição é relevante para a leitura de todo o inquérito: os resultados refletem sobretudo a perspetiva do corpo docente e não da direção das escolas, o que é particularmente importante nas perguntas sobre o modelo de eleição do Diretor e sobre a repartição de poder de voto entre diferentes grupos da comunidade educativa.

3. A necessidade e o alcance de um Estatuto do Diretor

Considera necessária a criação de um Estatuto próprio para o Diretor dos Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas?

1.880 respostas

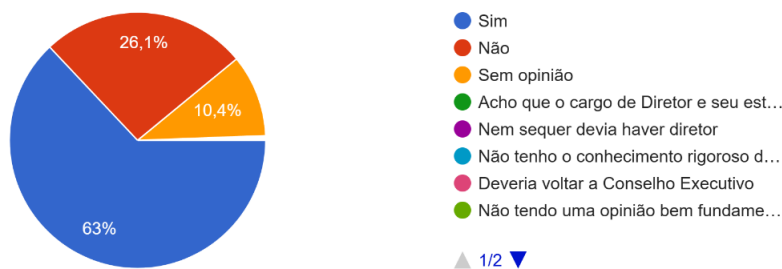


Gráfico 2 — Necessidade de um Estatuto próprio para o Diretor (1.880 respostas)

Uma maioria clara de 63% dos inquiridos considera necessária a criação de um Estatuto próprio para o Diretor de Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas. Cerca de 26,1% discorda e 10,4% não tem opinião formada.

O novo Estatuto do Diretor deverá limitar-se aos aspetos profissionais ou deverá também alterar o modelo de administração e gestão das escolas?

1.880 respostas

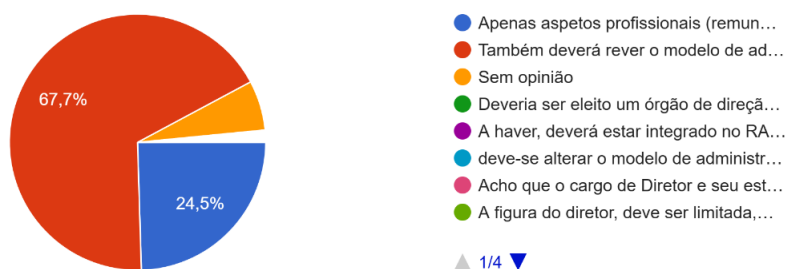


Gráfico 3 — Âmbito do novo Estatuto (1.880 respostas)

Quando questionados sobre o âmbito que esse Estatuto deveria ter, os docentes vão além da mera regulação profissional: 67,7% entende que o novo Estatuto deveria também alterar o modelo de administração e gestão das escolas, e não se limitar aos aspetos estritamente profissionais (remuneração, horário, carreira). Apenas 24,5% restringiria o Estatuto aos aspetos profissionais, ficando o modelo de gestão inalterado.

Este resultado é reforçado pela pergunta seguinte sobre a dimensão prioritária da revisão:

Na sua opinião, a revisão do Estatuto do Diretor deve focar-se em que dimensão?

1.880 respostas



Gráfico 6 — Dimensão prioritária da revisão do Estatuto (1.880 respostas)

Metade (50,7%) defende que a revisão deve focar-se especificamente na revisão do modelo de eleição do Diretor, e mais um terço (35,5%) preferiria rever todo o modelo de governação das escolas. Em conjunto, mais de 86% associa a revisão do Estatuto a mudanças estruturais no modelo de governação — e não apenas a um ajuste de natureza profissional/estatutária.

4. Prioridades concretas na revisão do Estatuto

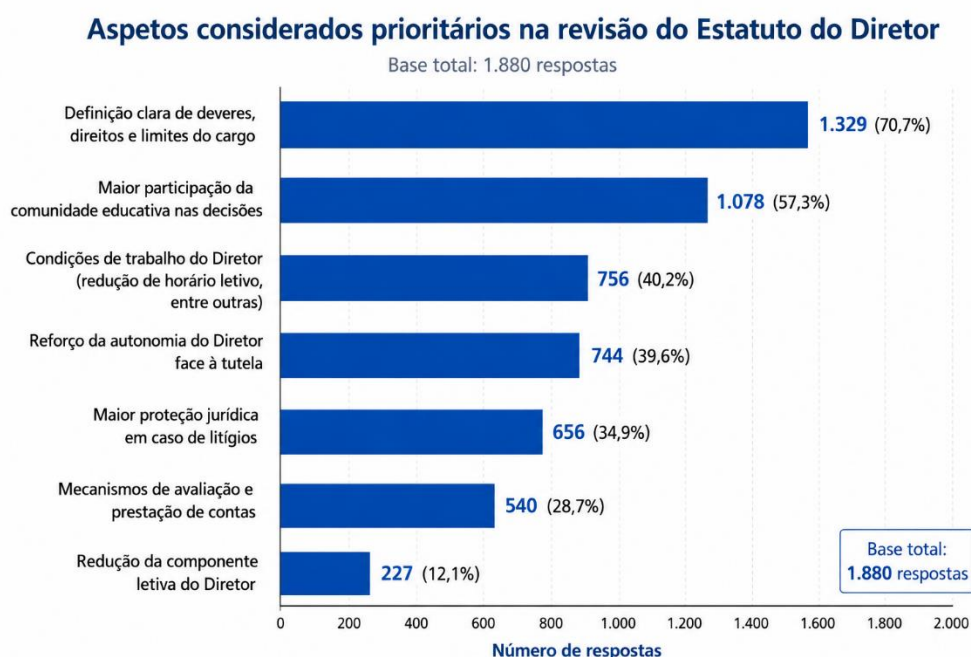


Gráfico 4 — Aspetos prioritários na revisão do Estatuto do Diretor, até 3 opções (1.880 respostas)

Questionados sobre os aspetos prioritários (podendo escolher até três), os docentes destacam:

- Definição clara de deveres, direitos e limites do cargo — 1.329 respostas (70,7%)
- Maior participação da comunidade educativa nas decisões — 1.078 respostas (57,3%)
- Condições de trabalho do Diretor (redução de horário letivo, entre outras) — 756 respostas (40,2%)

- Reforço da autonomia do Diretor face à tutela — 744 respostas (39,6%)
- Maior proteção jurídica em caso de litígios — 656 respostas (34,9%)
- Mecanismos de avaliação e prestação de contas — 540 respostas (28,7%)
- Redução da componente letiva do Diretor — 227 respostas (12,1%)

A leitura conjunta destas prioridades sugere uma procura de maior clareza normativa e de proteção do cargo (deveres/direitos/limites, proteção jurídica), articulada com uma vontade de reforçar a participação da comunidade educativa — um sinal que antecipa já as respostas sobre o modelo de eleição, analisadas adiante.

Matérias que devem ser revistas no modelo de administração e gestão (entre quem defende a revisão do modelo)

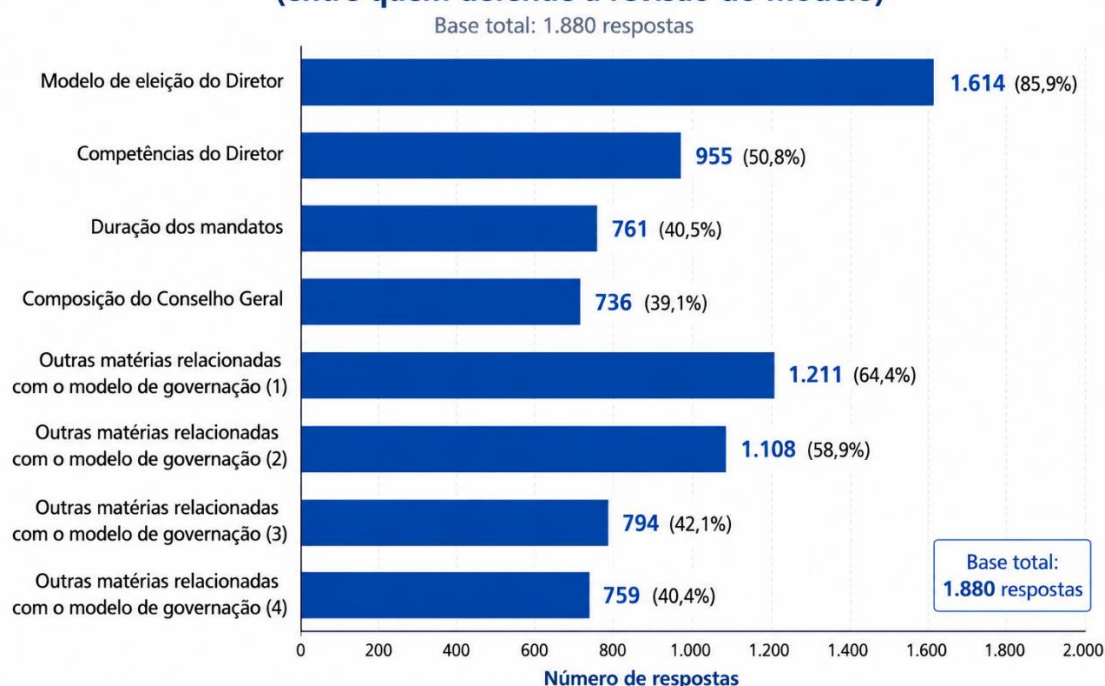


Gráfico 5 — Matérias do modelo de administração e gestão a rever, resposta múltipla (1.880 respostas)

Entre quem defende a revisão do modelo de administração e gestão, o Modelo de eleição do Diretor reúne o maior consenso, com 1.614 respostas (85,9%) — de longe a matéria mais referida. Seguem-se, com níveis de concordância também elevados, as Competências do Diretor (955 respostas, 50,8%), a Duração dos mandatos (761 respostas, 40,5%) e a Composição do Conselho Geral (736 respostas, 39,1%).

A conclusão central é inequívoca: a esmagadora maioria de quem defende rever o modelo de administração e gestão aponta o modelo de eleição do Diretor como a matéria prioritária.

5. O modelo de eleição do Diretor

Quem considera que deve eleger o Diretor?

1.880 respostas

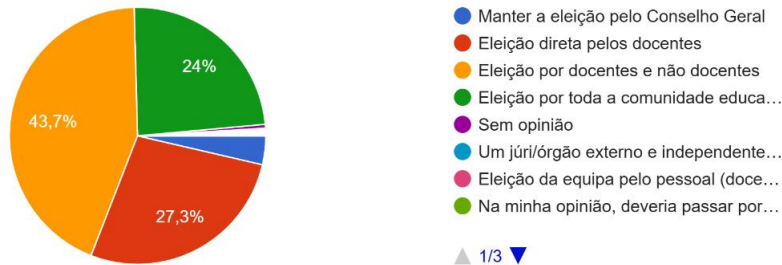


Gráfico 7 — Quem deve eleger o Diretor (1.880 respostas)

Esta é uma das perguntas mais reveladoras do inquérito. A opção mais escolhida é a eleição por docentes e não docentes, com 43,7% das respostas, seguida pela eleição direta apenas pelos docentes (27,3%) e pela eleição por toda a comunidade educativa, incluindo alunos e pais/encarregados de educação (24%). Apenas uma fração residual (cerca de 3%) defende manter o modelo atual de eleição pelo Conselho Geral.

Lido em conjunto, este resultado mostra que menos de 3% dos respondentes está satisfeito com o modelo de eleição vigente: mais de 95% das respostas distribui-se por modelos alternativos de eleição direta, com participação mais ou menos alargada da comunidade educativa. A principal linha de fratura não é "manter ou mudar", mas sim quão alargada deve ser a base eleitoral — se restrita a docentes e não docentes, ou aberta também a alunos e encarregados de educação.

5.1 A repartição do peso do voto, num cenário de eleição direta alargada

Perguntou-se também, no cenário de uma eleição direta alargada a docentes, não docentes, alunos e pais/encarregados de educação, que peso relativo deveria ser atribuído ao voto de cada grupo. Os quatro gráficos seguintes mostram um padrão muito consistente: os docentes deverão ter um peso de voto claramente superior ao dos restantes grupos.

Caso passe a existir a eleição direta com participação alargada de docentes, não docentes, alunos e pais/encarregados de educação, que percentagem dos votos dos docentes deverá ser considerada?

1.876 respostas

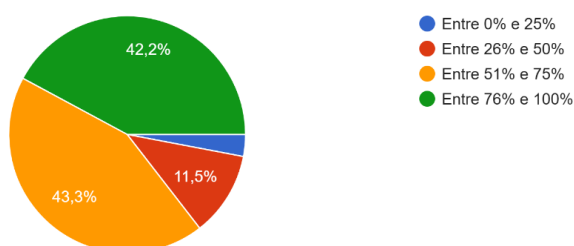


Gráfico 8 — Peso do voto dos docentes (1.876 respostas)

Para o voto dos docentes, as respostas concentram-se nos escalões mais elevados: 43,3% considera que deveria pesar entre 51% e 75% dos votos, e 42,2% entende que deveria pesar entre 76% e 100%. Ou seja, mais de 85% dos respondentes atribui aos docentes a maioria (ou quase totalidade) do peso eleitoral.

Caso passe a existir a eleição direta com participação alargada de docentes, não docentes, alunos e pais/encarregados de educação, que percentagem... votos dos não docentes deverá ser considerada?
1.876 respostas

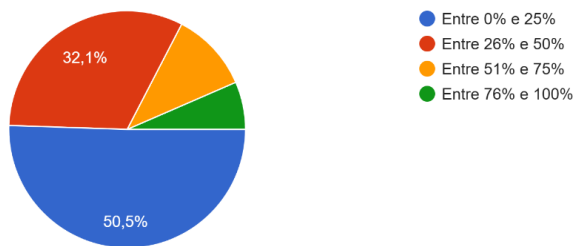


Gráfico 9 — Peso do voto dos não docentes (1.876 respostas)

Já para o pessoal não docente, o padrão inverte-se: 50,5% dos respondentes atribui-lhe um peso de voto entre 0% e 25%, e 32,1% entre 26% e 50%. Apenas uma minoria (cerca de 17%) atribuiria ao pessoal não docente um peso igual ou superior a metade dos votos.

Caso passe a existir a eleição direta com participação alargada de docentes, não docentes, alunos e pais/encarregados de educação, que percentagem dos votos dos alunos deverá ser considerada?
1.876 respostas

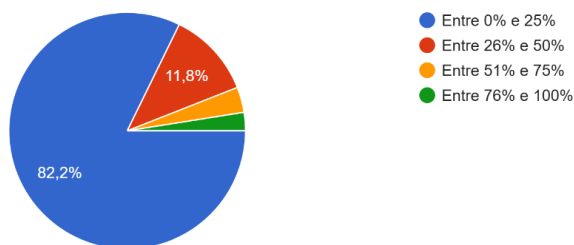


Gráfico 10 — Peso do voto dos alunos (1.876 respostas)

Para os alunos, a concentração no escalão mais baixo é ainda mais acentuada: 82,2% atribui-lhes um peso de voto entre 0% e 25%, restando apenas 11,8% no escalão seguinte (26%-50%) e frações residuais nos escalões superiores.

Caso passe a existir a eleição direta com participação alargada de docentes, não docentes, alunos e pais/encarregados de educação, que percentagem...carregados de educação deverá ser considerada?
1.876 respostas

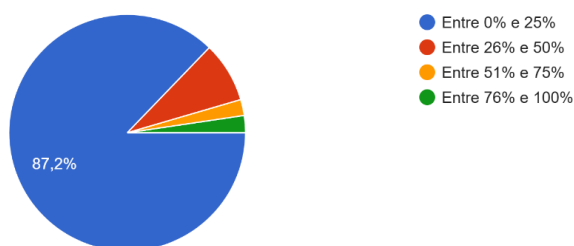


Gráfico 11 — Peso do voto dos pais/encarregados de educação (1.876 respostas)

O padrão repete-se, e acentua-se ainda mais, para os pais/encarregados de educação: 87,2% dos respondentes atribuí-lhes um peso de voto entre 0% e 25%.

Em síntese, os respondentes admitem alargar a base eleitoral a não docentes, alunos e encarregados de educação, mas apenas de forma simbólica ou minoritária: o poder de decisão efetivo deveria, na opinião maioritária, permanecer sobretudo nas mãos dos docentes.

5.2 Composição dos restantes órgãos, num cenário de eleição pelos docentes

Caso o Diretor seja eleito maioritariamente pelos docentes, considera que todos os órgãos deverão ser:

1.876 respostas

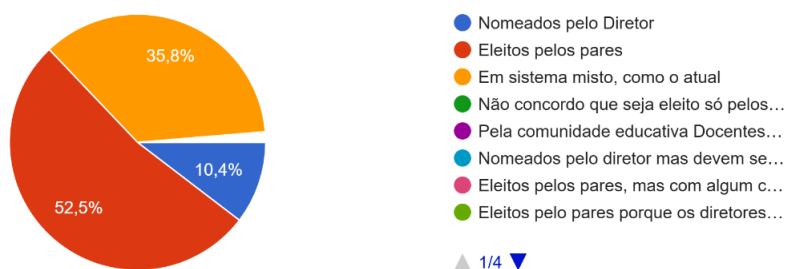


Gráfico 12 — Composição dos órgãos, caso o Diretor seja eleito maioritariamente pelos docentes (1.876 respostas)

Neste cenário, a maioria dos respondentes (52,5%) defende que os restantes órgãos devem ser eleitos pelos pares, e 35,8% aceitaria um sistema misto, semelhante ao atual. Apenas 10,4% defenderia que esses órgãos fossem nomeados pelo próprio Diretor — o que indica alguma reserva face à concentração de poder de nomeação na figura do Diretor, mesmo quando este é eleito diretamente pelos docentes.

6. Requisitos de candidatura, mandatos e responsabilização

Considera que os requisitos para candidatura ao cargo de Diretor devem ser revistos?

1.880 respostas



Gráfico 13 — Revisão dos requisitos de candidatura ao cargo de Diretor (1.880 respostas)

Quase metade dos respondentes (46,9%) defende que os requisitos de candidatura devem ser revistos no sentido de se tornarem mais exigentes. Uma parte menor (19,5%) prefere requisitos menos restritivos, 16,8% defende a manutenção dos requisitos atuais e 15,2% não tem opinião formada. Predomina, assim, uma tendência para reforçar as exigências de acesso ao cargo.

Relativamente aos mandatos do Diretor, qual considera ser a melhor solução?

1.880 respostas



Gráfico 14 — Melhor solução quanto aos mandatos do Diretor (1.880 respostas)

Sobre os mandatos, há um consenso muito expressivo: 67,4% dos docentes defende limitar o número de mandatos consecutivos, face a apenas 13% que manteria o regime atual. As restantes opções — alterar a duração de cada mandato, permitir mais mandatos do que atualmente, ou não ter opinião — reúnem, cada uma, percentagens residuais (entre 4% e 8%).

Considera necessário reforçar os mecanismos de responsabilidade do Diretor perante a comunidade educativa?

1.881 respostas

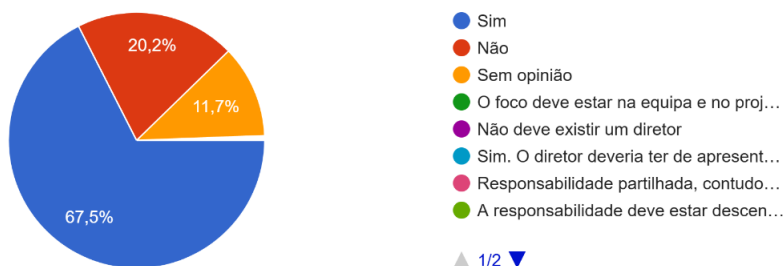


Gráfico 15 — Reforço dos mecanismos de responsabilidade do Diretor (1.881 respostas)

Também aqui existe uma maioria robusta: 67,5% considera necessário reforçar os mecanismos de responsabilidade do Diretor perante a comunidade educativa, contra 20,2% que discorda e 11,7% sem opinião. Este resultado é coerente com a procura, já identificada no Gráfico 4, de "mecanismos de avaliação e prestação de contas" como uma das prioridades da revisão do Estatuto.

7. Como deve ser entendido o cargo de Diretor

O cargo de Diretor deve ser entendido sobretudo como:

1.881 respostas



Gráfico 16 — Natureza do cargo de Diretor (1.881 respostas)

A visão predominante — com 83,9% das respostas — é a de que o cargo de Diretor deve ser entendido como um equilíbrio entre liderança pedagógica e gestão administrativa/estratégica, e não como uma das duas dimensões isoladamente. As leituras unilaterais ("apenas liderança pedagógica", 5,5%, ou "apenas gestão administrativa", 1,9%) recolhem apoio muito reduzido, assim como a ideia de o cargo ser sobretudo de gestão estratégica da organização (6,5%).

8. Síntese conclusiva

Do conjunto das respostas emerge um retrato bastante coerente da posição maioritária do corpo docente inquirido:

- Existe procura clara por um Estatuto próprio do Diretor (63%), mas essa procura está associada a uma revisão mais ampla do modelo de governação das escolas e não apenas a um ajuste profissional/remuneratório.
- O modelo de eleição do Diretor é identificado como a matéria mais prioritária a rever (85,9% entre quem defende a revisão do modelo de governação), e o atual modelo de eleição pelo Conselho Geral reúne apoio residual (cerca de 3%).
- Há abertura para alargar a votação para a eleição a não docentes, alunos e encarregados de educação, mas com um peso de voto claramente concentrado nos docentes (entre 51% e 100% dos votos, segundo mais de 85% dos respondentes).

- Defende-se um reforço simultâneo das exigências para o cargo (requisitos mais exigentes, 46,9%), da limitação de mandatos consecutivos (67,4%) e dos mecanismos de responsabilização perante a comunidade educativa (67,5%).
- O cargo de Diretor é maioritariamente entendido como um equilíbrio entre liderança pedagógica e gestão (83,9%), e não como uma função exclusivamente técnico-administrativa.

Em conjunto, estes resultados desenham a procura de um modelo de direção escolar mais democrático na sua eleição, mais claramente regulado nos seus deveres e limites, mantendo, contudo, um papel central e reforçado dos docentes na escolha e legitimação do Diretor.